

2^a

Série

Sociologia

**MATERIAL
DIGITAL**

Desenvolvimento da cidadania no Brasil

**3º bimestre
Aula 9**

**Ensino
Médio**



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Conteúdos

- A inversão da ordem de T. H. Marshal;
- A proeminência dos direitos sociais em detrimento dos direitos civis e políticos;
- A cidadania tutelada ou regulada no contexto do Estado paternalista.

Objetivos

- Compreender que a construção da cidadania no Brasil é um processo histórico longo e complexo, marcado por uma inversão na sequência dos direitos proposta por T. H. Marshall, e refletir sobre as consequências dessa inversão;
- Identificar, por meio de exemplos históricos, que no Brasil os direitos sociais foram priorizados antes dos direitos civis e políticos, diferentemente da sequência proposta por T. H. Marshall;
- Relacionar o processo de construção da cidadania no Brasil às características do Estado paternalista, que instituiu uma cidadania regulada ou tutelada, restringindo a participação política e social às elites.



VIREM E CONVERSEM

Relembre como **Theodore Humphrey Marshall** analisou a cidadania na Inglaterra e discuta com seu colega ao lado:

- **Essa noção se aplica a qualquer contexto?**

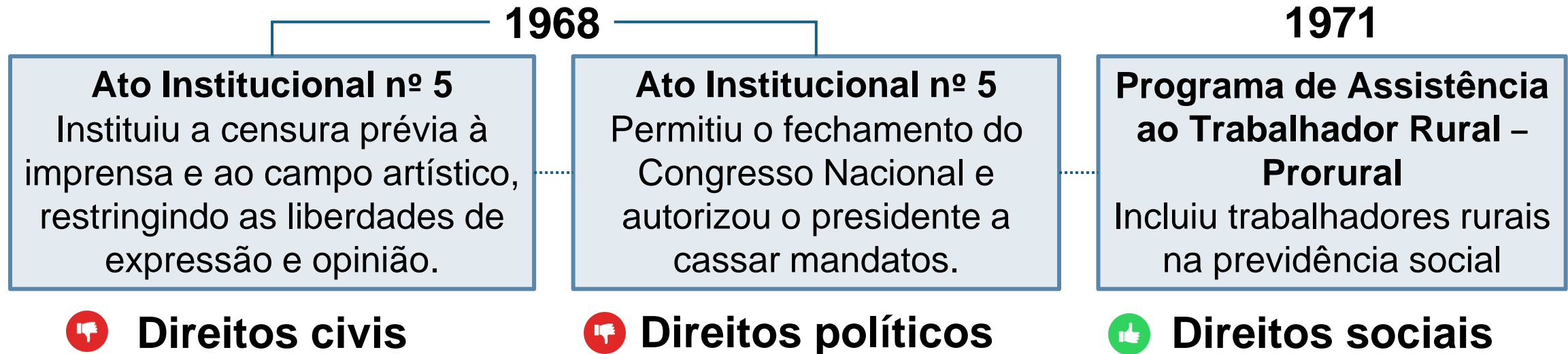
Desenvolvimento da cidadania

Segundo T. H. Marshall, a cidadania se desenvolve historicamente por meio da **ampliação gradual** de diferentes direitos:

- **Século XVIII:** consolidação dos **direitos civis**, ligados às liberdades individuais e à igualdade perante a lei.
- **Século XIX:** expansão dos **direitos políticos**, especialmente o direito de votar e participar do governo.
- **Século XX:** desenvolvimento dos **direitos sociais**, como educação, saúde, trabalho e proteção social.

Direitos civis, políticos e sociais no Brasil

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), especialmente no período do chamado “milagre econômico” (1968-1973), o Estado implementou:



COM SUAS PALAVRAS

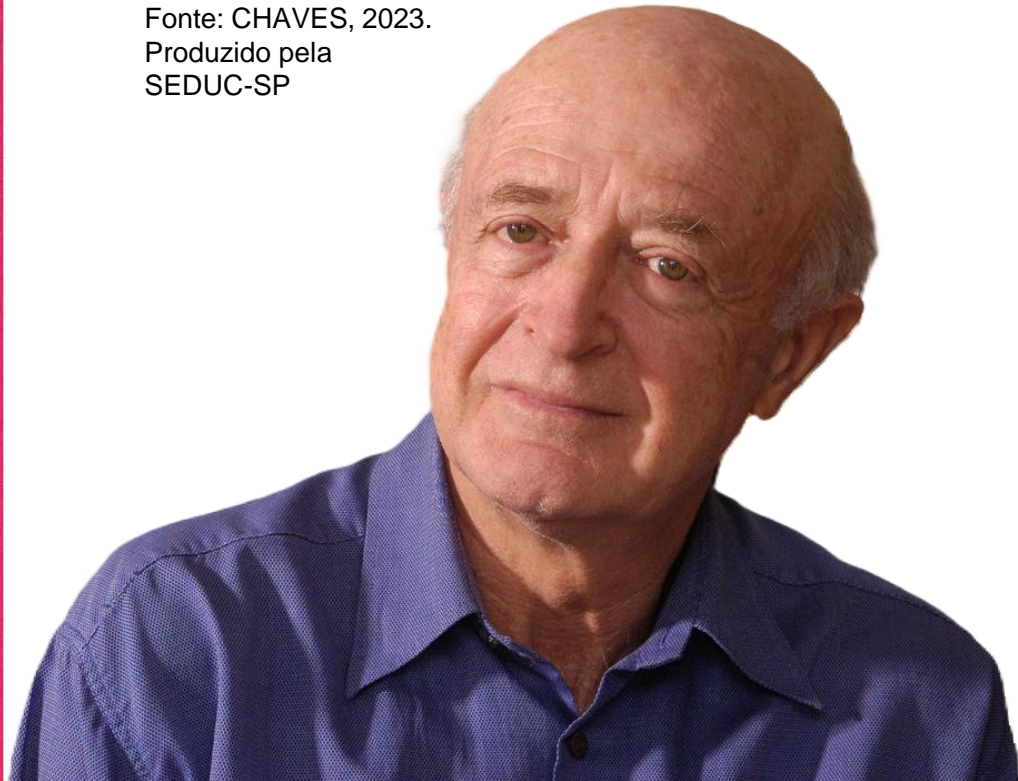
O que isso mostra sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil? O modelo de Marshall é válido para o contexto brasileiro?



O desenvolvimento da cidadania no Brasil

Ao estudar a cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho destaca que nosso percurso foi diferente do inglês (T. H. Marshall). No caso brasileiro, duas marcas se sobressaem:

Fonte: CHAVES, 2023.
Produzido pela
SEDUC-SP
















1. Foi dada, historicamente, maior ênfase aos direitos sociais;
2. Uma sequência invertida na conquista de direitos: o social veio antes do civil e do político.

Agora, veremos mais exemplos que evidenciam essa diferença em relação ao modelo de Marshall no período republicano brasileiro.



Cidadania no Brasil: avanços sociais e limites políticos

| CIDADANIA NO BRASIL | Primeira República (1891 a 1930) | Era Vargas (1930 a 1945) | República Populista (1945 a 1964) | Ditadura Militar (1964 a 1985) |
|---------------------------|---|---|---|---|
| Direitos civis | Restrições às organizações de trabalhadores (sindicatos)  | Censura estatal e propaganda oficial (DIP)  | Restrições à liberdade de greve e de ativismo político e social  | Censura prévia à imprensa, música, teatro e cinema  |
| Direitos políticos | Voto restrito (21+), com exclusão de analfabetos e outros grupos marginalizados  | Direito ao voto para mulheres  Dissolução do Poder Legislativo  Proibição de partidos políticos | Voto secreto aos maiores de 18 anos  Pluripartidarismo | Eleições indiretas para presidente  Bipartidarismo Cassação de mandatos eletivos |
| Direitos sociais | Primeiras leis de assistência e proteção (ex.: Código de Menores)  | Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – direitos trabalhistas  | Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal  | Políticas sociais e habitacionais (ex.: BNH), com acesso desigual  |



Cidadania: o caso brasileiro

Entre 1889 e 1988, a cidadania no Brasil avançou de forma desigual: em muitos momentos, **direitos sociais** foram ampliados enquanto **direitos civis e políticos** permaneciam frágeis ou restritos.

O vídeo destaca que a cidadania se fortalece quando direitos e participação política caminham juntos – e que a Constituição de 1988 marca essa virada.



Caminhos da cidadania no Brasil



Trecho do vídeo “Caminhos da cidadania no Brasil”, produzido pela Univesp TV.

SOCIOLOGIA SEE-SP. Caminhos da cidadania no Brasil Univesp TV.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n1rLRI-Dr08>. Acesso em: 9 abr. 2026.



Cidadania em perspectiva comparada

| Aspecto | Inglaterra (Marshall) | Brasil (Carvalho) |
|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ordem dos direitos | Civis → políticos → sociais | Sociais → civis → políticos |
| Participação popular | Progressiva | Limitada por longo período |
| Tipo de cidadania | Expansiva | Regulada / tutelada |

Destaque



No Brasil, direitos e participação não avançaram juntos, e isso produziu uma cidadania desigual.



Pause e resposta

Compreendendo a cidadania no Brasil

Ao analisar a formação histórica da cidadania no Brasil, é correto afirmar que ela se caracterizou principalmente por:

sequência linear de conquista de direitos (civis; políticos e sociais).

expansão equilibrada entre direitos e participação.

ênfase em direitos sociais, com participação limitada e forte desigualdade.

liberdades civis, mas cidadania inexistente até 1988.

Compreendendo a cidadania no Brasil

Ao analisar a formação histórica da cidadania no Brasil, é correto afirmar que ela se caracterizou principalmente por:



sequência linear de conquista de direitos (civis; políticos e sociais).

expansão equilibrada entre direitos e participação.



ênfase em direitos sociais, com participação limitada e desigualdade.

liberdades civis, mas cidadania inexistente até 1988.



Pause e resposta

Estado e cidadania no Brasil

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1979), no Brasil, muitos direitos foram criados de forma controlada pelo Estado.

A cidadania não se desenvolveu apenas pela participação política da sociedade, mas também por meio de **direitos distribuídos e regulados pelo governo**, sendo concedidos “**de cima para baixo**”.



Cidadania regulada

Para Santos (1979), a cidadania no Brasil desenvolveu-se como **cidadania regulada**, na qual o Estado centraliza decisões e concede direitos sociais de forma controlada, limitando a autonomia e a participação política dos cidadãos.

Estado como “protetor” da sociedade

- Estado se apresenta como garantidor da ordem e do bem-estar social.

Centralização do poder

- Decisões políticas concentradas no Executivo.

Cidadania regulada

Concessão de benefícios sociais

- Direitos sociais apresentados como “favores” do governo.

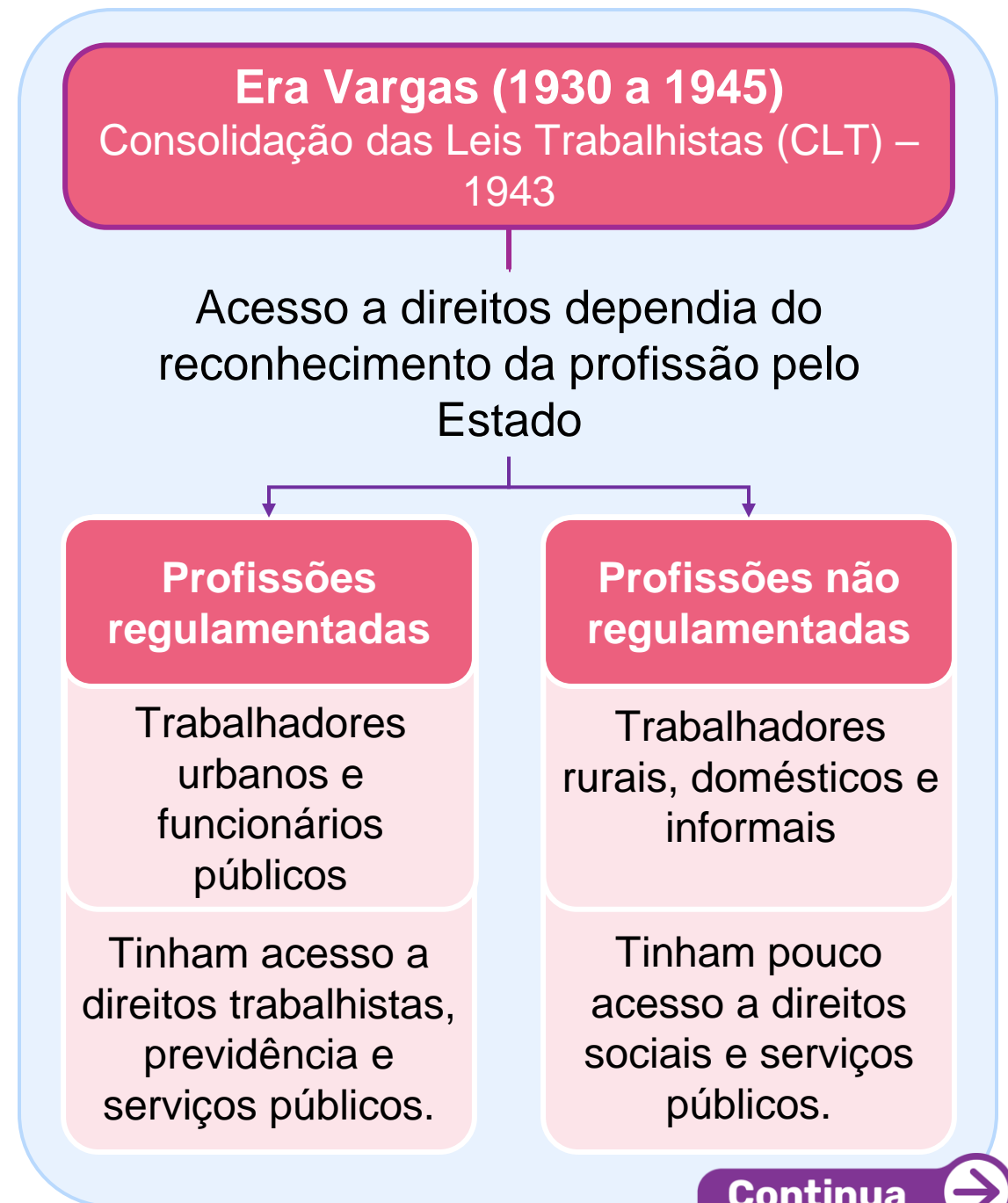
Participação limitada

- Baixa influência da população nas decisões políticas.

Cidadania regulada e trabalho no Brasil

Durante grande parte do período republicano (1889-1988), **o acesso a direitos no Brasil foi definido pelas instituições estatais** e frequentemente vinculado ao trabalho formal, como ilustra o exemplo histórico ao lado.

Assim, a cidadania desenvolveu-se de forma **regulada e desigual**, excluindo amplos setores da população brasileira.



Consequências do paternalismo e da cidadania regulada

- Privilégios no acesso a direitos sociais.
- Dependência do Estado para acessar benefícios.
- Participação política limitada da população.
- Ampliação das desigualdades sociais.

Para refletir 

Quando há avanços sociais com participação limitada, quem define as políticas e quem fica sem voz?

“

A cidadania regulada, além de institucionalizar desigualdades, criou barreiras à entrada das camadas populares na arena política, estimulando um comportamento de submissão política perante o Estado.

Assim, a cidadania foi, no Brasil, destituída de qualquer conotação pública e universal.”

(Wanderley dos Santos, 1979, p. 104)



Pause e resposta

Cidadania regulada

O exercício da cidadania num Estado paternalista pode ser descrito como:

pleno, pois o cidadão participa ativamente da vida política.

regulado, pois o Estado impõe condições limitantes ao exercício da cidadania.

inexistente, pois o Estado elimina completamente os direitos.

ampliado, pois o cidadão desfruta da plena liberdade de ação.



Pause e resposta

Cidadania regulada

O exercício da cidadania num Estado paternalista pode ser descrito como:

✘

pleno, pois o cidadão participa ativamente da vida política.

regulado, pois o Estado impõe condições limitantes ao exercício da cidadania.



✘

inexistente, pois o Estado elimina completamente os direitos.

ampliado, pois o cidadão desfruta da plena liberdade de ação.



A “Constituição Cidadã”

A **Constituição de 1988**, conhecida como “**Constituição Cidadã**”, representa um marco na ampliação da cidadania no Brasil após o processo de redemocratização.

Se, no período anterior, a cidadania era marcada por desigualdades e por limites à participação política, a partir de 1988 a Constituição **ampliou o reconhecimento de direitos e fortaleceu mecanismos de participação popular na vida democrática.**



Para refletir

Com base no vídeo, reflita:

- O que tornou a **Constituição de 1988 “cidadã”**: direitos ou participação?

TV SENADO. Os 35 anos da Constituição Federal serão celebrados em sessão solene nesta quinta-feira. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=T8DagKyjWzI>. Acesso em: 9 abr. 2026.



A Constituição de 1988 e a cidadania no Brasil

Avanços:

- Ampliação dos **direitos sociais** (saúde, educação, assistência social e previdência).
- Ampliação dos **direitos políticos**, com voto para analfabetos e jovens a partir de 16 anos.
- Fortalecimento dos **direitos e garantias fundamentais** e das liberdades civis.
- Criação de **mecanismos de participação popular**, como plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis.
- **Descentralização das políticas públicas**, ampliando o papel de estados e municípios.
- Reconhecimento de diferentes grupos sociais como **sujeitos de direitos**: povos indígenas, crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores rurais, comunidades quilombolas.



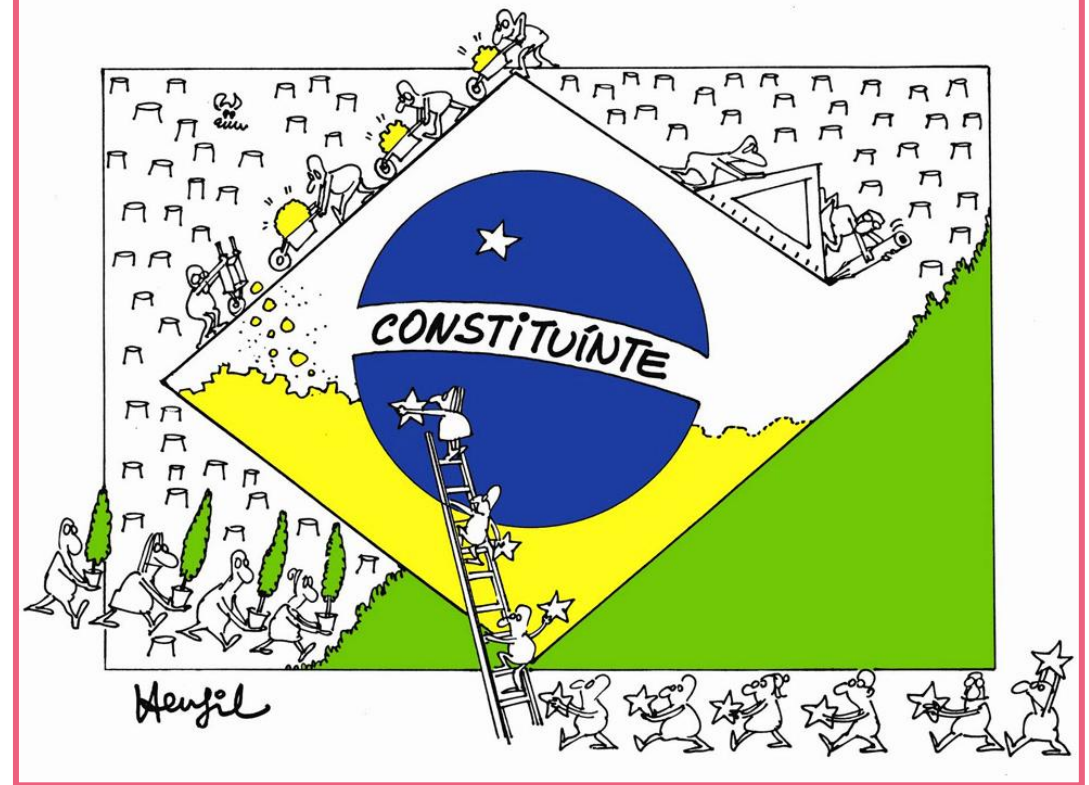
Foco no conteúdo

Desafios atuais da cidadania

- Desigualdade social persistente.
- Violência e insegurança.
- Racismo estrutural e discriminações de gênero, orientação sexual e origem social.
- Dificuldades de acesso e qualidade em serviços públicos.
- Conflitos fundiários e ambientais, envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais.

Para refletir

Que outros desafios você percebe em seu dia a dia?



Destaque

A cidadania é um processo em permanente construção.

Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/noticia/N-10-2014/fg165492.jpg>. Acesso em: 9 abr. 2026.

Na prática



HORA DA LEITURA



5 minutos



TODO MUNDO ESCREVE

- Por que alguns grupos precisam de direitos específicos para que haja igualdade?
- A participação dos cidadãos nas decisões políticas fortalece ou enfraquece a cidadania? Justifique.



A desigualdade, um fenômeno complexo e multifacetado, é uma característica importante da estrutura social brasileira que tem impactos profundos e diversos sobre a população. Grupos e segmentos sociais enfrentam, cotidianamente, situações de privação das condições básicas de vida e de oportunidades, sendo expostos à vulnerabilidade, à insegurança social e à violência, bem como carentes de poder e participação. Por isso, entende-se que a redução das desigualdades passa pela definição e pela implementação de políticas públicas que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais.”

(Celi Scalon, 2011)



Desenvolvimento da cidadania no Brasil



A participação da bancada feminina na Assembleia Constituinte é destaque no colóquio realizado em 2018, durante as comemorações dos 30 anos da Constituição de 1988 e da programação Março Mulheres, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Fonte: Agência Senado.

De acordo com o que estudamos hoje, escreva palavras-chave para cada uma das questões:

- Como se desenvolveu a cidadania no Brasil?
- Quais são os principais desafios para a cidadania plena hoje?
- Qual é o papel das políticas públicas nesse processo?

Em seguida, participe da síntese coletiva, usando suas palavras-chave para construir uma resposta em conjunto com a turma.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/participacao-das-mulheres-na-constituente-e-tema-de-debates-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 9 mar. 2026.

Desenvolvimento da cidadania no Brasil

Vamos retomar as ideias centrais da aula: vimos, a partir da perspectiva de T. H. Marshall, como a cidadania se construiu no Brasil e por que esse processo seguiu um caminho diferente daquele observado na Inglaterra.

1

Constituição de 1988 e redemocratização: ampliam direitos e fortalecem participação e controle social; direitos se efetivam por políticas públicas e acompanhamento da sociedade.

2

Desigualdades e exclusões: grande parte da população ficou afastada dos processos decisórios, o que ajudou a manter cidadanias desiguais.

3

Cidadania regulada/tutelada: o acesso a direitos foi, por vezes, condicionado (ex.: ocupação/profissão e mediações), com participação política limitada.

4

Ênfase histórica nos direitos sociais: em muitos períodos, houve expansão social sem a mesma garantia de direitos civis e políticos.

Referências

BENEVIDES, M.V. **Cidadania e Direitos Humanos**. IEA-USP, [20--]. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NUNES, F. Morre o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que previu o golpe de 1964. **Estadão**, São Paulo, 26 out. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/morre-o-cientista-politico-wanderley-guilherme-dos-santos-que-previu-o-golpe-de-1964/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Referências

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**: etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURRÍCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-Médio_ISBN.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

SCALON, C. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**, São Carlos, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>. Acesso em: 13 abr. 2026.

VIANA, D. José Murilo de Carvalho renovou o estudo das elites e da cidadania no Brasil. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 331, set. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/jose-murilo-de-carvalho-renovou-o-estudo-das-elites-e-da-cidadania-no-brasil/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

Para professores

Slide 2



Habilidade: (EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

Slide 3



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: o slide inicial retoma a interpretação clássica de T. H. Marshall sobre o desenvolvimento histórico da cidadania. A intenção é levar os estudantes a perceber que essa leitura foi construída a partir de uma experiência histórica específica: a da Inglaterra. O foco da mediação deve estar em duas frentes: a retomada dos direitos civis, políticos e sociais e a problematização da ideia de que essa trajetória se repete da mesma forma em todos os contextos. Ao iniciar a conversa, recupere com a turma o que caracteriza cada conjunto de direitos. Ajude os estudantes a lembrar que os direitos civis se relacionam com as liberdades individuais e a igualdade perante a lei; os direitos políticos dizem respeito à participação no poder, especialmente pelo voto e pela possibilidade de atuação na vida pública; e os direitos sociais envolvem condições mais amplas de existência, como educação, saúde, trabalho e proteção social.

A pergunta proposta no box é central: “Essa noção se aplica a qualquer contexto?”. Incentive os estudantes a perceber que diferentes sociedades viveram processos históricos distintos e que, em muitos países, inclusive no Brasil, essa sequência não ocorreu de modo linear nem igual para todos os grupos sociais. Em alguns casos, certos direitos sociais avançaram antes da consolidação plena dos direitos civis e políticos; em outros, direitos formalmente garantidos não se efetivaram de maneira concreta para toda a população.

Esse é um bom momento para estimular comparações com a realidade brasileira. Provoque a turma a pensar, por exemplo, se todos os sujeitos historicamente tiveram acesso igual ao voto, à justiça, à escola, ao trabalho digno e à proteção social. Essa problematização ajuda os estudantes a compreender que a cidadania não é apenas um conceito jurídico ou uma sequência histórica fixa, mas uma construção social marcada por disputas, exclusões e lutas por reconhecimento e ampliação de direitos.



Tempo: 10 minutos.



Dinâmica de condução: nesse bloco, o objetivo é levar os estudantes a perceber que a trajetória da cidadania no Brasil não seguiu, de forma linear, a sequência clássica apresentada por T. H. Marshall. A mediação deve ajudar a turma a interpretar um padrão histórico importante – no caso brasileiro, houve momentos de ampliação de direitos sociais em contextos marcados por restrição de direitos civis e políticos, baixa participação popular e forte controle estatal. Os estudantes precisam compreender a ideia de inversão da sequência clássica de Marshall, tal como discutida por José Murilo de Carvalho.

No slide, que toma a Ditadura Militar como exemplo, explore a contradição central do período. De um lado, o regime restringiu liberdades civis e participação política, com censura, fechamento do Congresso e cassação de mandatos; de outro, promoveu certas medidas de ampliação de direitos sociais, como a inclusão de trabalhadores rurais na previdência. A ênfase da conversa não deve recair apenas sobre os fatos, mas sobre o que eles revelam: no Brasil, a expansão de alguns direitos sociais nem sempre ocorreu junto do fortalecimento da democracia. Esse contraste é decisivo para que os estudantes percebam que o modelo de Marshall não pode ser aplicado automaticamente ao contexto brasileiro.

Na sequência, ao apresentar as ideias de José Murilo de Carvalho, é importante mostrar que sua análise não rejeita a relevância de Marshall, mas evidencia que a experiência histórica brasileira foi distinta. Chame a atenção para o fato de que, em muitos momentos, a cidadania no Brasil foi construída “de cima para baixo”, com participação limitada da população nos processos decisórios. O quadro organizado por períodos históricos deve ser explorado exatamente como uma evidência desse padrão.





Tempo: 10 minutos.



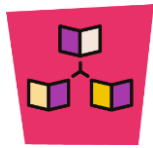
Dinâmica de condução: na Primeira República, por exemplo, é possível destacar a limitação da participação política e o caráter excludente do sistema. Na Era Vargas, a expansão dos direitos trabalhistas pode ser problematizada à luz do controle político e da centralização do poder. Na República Populista, ainda que haja maior participação, permanecem limites importantes na incorporação efetiva de toda a população. Na Ditadura Militar, a contradição aparece de modo mais evidente: direitos sociais avançam em parte, enquanto direitos civis e políticos são duramente restringidos. Ao trabalhar esse quadro histórico, destaque que não se trata de afirmar que “não houve cidadania” no Brasil, mas de reconhecer que seu desenvolvimento foi desigual, incompleto e contraditório. Esse cuidado é importante para evitar simplificações.

Retome sempre a pergunta central: Que tipo de cidadania estava sendo ampliada em cada período e para quem? Essa formulação ajuda a turma a perceber que a cidadania não alcançou todos os grupos sociais da mesma forma nem no mesmo ritmo.

Quando o trecho do vídeo “Caminhos da cidadania no Brasil” for exibido, peça aos estudantes que observem a relação entre ampliação de direitos, participação política e mobilização social. O vídeo deve ser usado para deslocar a análise de uma visão passiva da cidadania para uma compreensão mais dinâmica, mostrando que os direitos também resultam de lutas, reivindicações e organização coletiva. É importante reforçar, nesse momento, a Constituição de 1988 como marco de ampliação de direitos em um contexto de redemocratização. Destaque que a cidadania ganha maior densidade quando direitos civis, políticos e sociais se articulam de maneira mais ampla.



Tempo: 10 minutos.



Dinâmica de condução: nesse segundo bloco, é explicado o mecanismo da cidadania regulada e suas consequências, articulando-o ao que foi discutido anteriormente sobre a formação desigual da cidadania no Brasil.

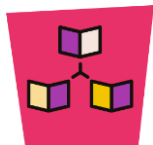
Desenvolva com a turma a ideia de Wanderley Guilherme dos Santos: a cidadania foi, em grande medida, “regulada” quando o acesso a direitos e serviços ficou associado à regulamentação de profissões e ao vínculo formal de trabalho. Explore o esquema “profissões regulamentadas × não regulamentadas” como evidência. Destaque que trabalhadores urbanos formalizados e funcionários públicos tendiam a ter maior proteção e acesso, enquanto trabalhadores rurais e domésticos permaneceram por longo tempo à margem.

Conduza a compreensão para o caráter estrutural do modelo: quando direitos dependem de mediação, categoria ocupacional ou reconhecimento estatal, ampliam-se desigualdades e enfraquece-se a autonomia política. Explique as consequências centrais: clientelismo, baixa participação política autônoma e maior dependência de intermediações.

Ao trabalhar o slide 14, explique à turma que direitos podem existir e até se expandir, mas, se a participação é limitada e o acesso é controlado, a cidadania se torna restrita. Sintetize a ideia do bloco enfatizando que direitos e participação nem sempre avançaram juntos porque, em determinados períodos, o Estado mediou o acesso a direitos de maneira seletiva. Reforce que o Estado paternalista é um arranjo em que o poder se concentra no Executivo e a intervenção estatal nas relações sociais e econômicas se intensifica, produzindo uma cidadania vivida mais como acesso controlado do que como participação pública.



Tempo: 10 minutos.



Dinâmica de condução: no último bloco, o objetivo é mostrar aos estudantes a “virada” que ocorre com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988. A cidadania passa a ser pensada como ampliação de direitos e fortalecimento de mecanismos de participação e controle social, conectando texto constitucional, políticas públicas e novos sujeitos de direitos.

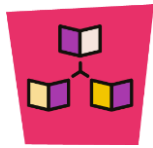
Faça a ponte com os blocos anteriores retomando que, se em períodos anteriores, direitos e participação caminharam de modo desigual e, muitas vezes, sob cidadania regulada, a Constituição Federal de 1988 inaugura um marco em que a ampliação da cidadania se associa à democracia e à participação social.

Ao trabalhar o slide sobre a “Constituição Cidadã”, explore por que a Constituição Federal de 1988 recebe esse nome, destacando seu contexto de construção (Assembleia Constituinte) e o reconhecimento ampliado de direitos. Ao exibir o vídeo, evite que ele funcione apenas como “ilustração” e proponha uma escuta orientada, pedindo que os estudantes identifiquem um exemplo de participação popular e um exemplo de ampliação de direitos mencionados ou sugeridos no material.

Ao explorar a relação entre cidadania, desigualdades e políticas públicas, reforce a ideia de que direitos na Constituição precisam de políticas públicas para se efetivar, e políticas públicas ganham legitimidade e eficácia quando passam por decisão, implementação, monitoramento e avaliação com participação social. Chame atenção da turma para a compreensão de que a cidadania não é apenas “ter direitos”, mas também disputar prioridades, acompanhar o Estado e cobrar resultados, especialmente no enfrentamento das desigualdades. Isso prepara diretamente a atividade “Na prática”, em que os estudantes argumentam sobre equidade (direitos específicos) e sobre participação como elemento constitutivo da cidadania.



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: nessa atividade, a intenção é consolidar a aprendizagem de que direitos não se efetivam “sozinhos” e a ampliação da cidadania após 1988 está diretamente ligada à participação política e à construção de políticas públicas capazes de reduzir desigualdades.

Comece pedindo que os estudantes leiam, em silêncio, as duas perguntas e o excerto. Na sequência, solicite que, em duplas, destaquem uma expressão do texto que mostre a ideia de desigualdade como fenômeno estrutural (por exemplo, “privação de condições básicas”, “carentes de poder e participação”, “distribuição mais equitativa”), para garantir que a conversa se apoie em evidências do material, e não apenas em opinião.

Em seguida, conduza a dinâmica “Todos escrevem” orientando que os estudantes utilizem justificativas curtas e bem fundamentadas. Oriente os estudantes a responder às duas perguntas sempre com a estrutura: “Eu penso que... porque... (no texto aparece...)”.

Na primeira pergunta, direcione a reflexão para a diferença entre igualdade formal e igualdade de condições: alguns grupos precisam de direitos específicos porque enfrentam barreiras históricas e desigualdades persistentes, e medidas diferenciadas podem ser necessárias para garantir acesso real a oportunidades e proteção. Na segunda, leve a turma a relacionar participação com cidadania: participar não é “atrapalhar”, mas definir prioridades, acompanhar, cobrar e avaliar políticas públicas; sem participação, a cidadania tende a ficar frágil e desigual.

Proponha aos estudantes que compartilhem suas respostas. Ao ouvir as respostas, peça que indiquem explicitamente qual trecho do excerto sustenta o argumento, e ajude a turma a amarrar a síntese final: a cidadania se fortalece quando direitos são efetivados por políticas públicas e quando diferentes grupos têm voz e participação nas decisões. Se surgir polarização (“direitos específicos são privilégio”), retome o excerto para recolocar o foco na desigualdade de condições e na necessidade de políticas que promovam equidade.



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: para conduzir a atividade de encerramento, oriente os estudantes a trabalhar em duas etapas rápidas. Primeiro, dê 1 minuto para que cada um registre, no caderno, 3 a 5 palavras-chave para cada pergunta (desenvolvimento da cidadania no Brasil; desafios atuais; papel das políticas públicas). Reforce que as palavras-chave devem vir do que foi estudado na aula (por exemplo: direitos civis/políticos/sociais, participação, cidadania regulada, Constituição de 1988, desigualdades, políticas públicas, controle social), evitando respostas muito genéricas.

Em seguida, faça a síntese coletiva (3–4 minutos). Peça que os estudantes compartilhem uma palavra-chave por pergunta e expliquem, em uma frase, por que a escolheram. Vá agrupando no quadro as contribuições por categoria (passado/presente/políticas públicas) e incentive que a turma construa, ao final, uma frase-síntese para cada pergunta.

Retome as três frases e destaque a ideia de que a cidadania no Brasil se desenvolveu de forma desigual, a cidadania plena ainda enfrenta desafios, e políticas públicas – com participação e acompanhamento social – são essenciais para transformar direitos em realidade.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**